

# terá o peso da lei

invasão de terras em Taguatinga e Ceilândia

O governador José Aparecido disse ontem que o problema das invasões de áreas em Ceilândia e Taguatinga, na semana passada, está agora nas mãos do procurador-Geral do Distrito Federal, Humberto de Barros. Afirmou que pretende aprofundar as investigações sobre as pessoas que promoveram a invasão e processar todos os responsáveis. "Foi uma ação da maior gravidade" — disse Aparecido — "e se não fosse o apoio da opinião pública, provavelmente teríamos acidentes seriíssimos".

Fazendo um balanço da invasão das áreas nas satélites, o Governador afirmou que em apenas 48 horas, foram erguidos 2 mil e 700 barracos e demarcados 5 mil e 800 lotes. Impressionado com o grande número de carros e caminhões que transportavam os invasores, o Governador considerou que a invasão foi uma manobra política para de-

stabilizar seu governo. José Aparecido esteve acompanhando de perto a evolução dos trabalhos dos fiscais do GDF e conversou com muitos dos invasores.

"Eu fiquei emocionado com as pessoas que me cercaram nas ruas, às vezes para pedir, outras só para fazer um comentário". José Aparecido acredita que somente uma política racional de habitação, apoiada numa estrutura de contenção do desemprego poderá acabar com o problema. "Gnão posso improvisar nem fazer demagogia" — disse o Governador, lembrando que seu plano de governo para os próximos 6 meses será justamente o equacionamento do problema de habitação e desemprego no DF.

Neste sentido, José Aparecido já entrou em contato com futuro reitor da Universidade de Brasília Crisostom Buarque, e com o presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos

Freire. A ambos José Aparecido pediu uma decisão urgente a respeito das inúmeras projeções que as duas entidades mantêm no plano piloto. "Estes terrenos" — disse o governador — "poderão ser utilizados para amenizar os dois grandes problemas da cidade: desemprego e moradia".

Outra atitude tomada pelo Governador para conter o problema das invasões no DF partiu da conversa que teve, na última quinta-feira, com o arcebispo de Brasília, D. José Freire Falcão. José Aparecido pediu a ajuda da Igreja, através das paróquias da periferia, no sentido da conscientização das pessoas e diagnósticos do problemas. Segundo o Governador, a ação do governo será feita de maneira segura, evitando soluções paliativas. Embora isto deva ser um processo mais demorado, resultará numa atitude mais definitiva.

## Decreto cria embrião de secretarias

O governador José Aparecido assinou, ontem, decreto criando e estruturando quatro assessorias especiais, que se constituirão, futuramente, nas Secretarias de Cultura, da Indústria e Comércio, do Trabalho e de Comunicação Social. Os titulares dessas áreas, respectivamente, Vera Lúcia Pinheiro, Francisco Aguiar Carneiro, Francisco das Chagas Rodrigues e José Silvestre Gorgulho, vinham respondendo por elas, de fato, há dois meses, mas sem qualquer remuneração nem estrutura de funcionamento.

Pelo decreto do governador, que será analisado pela Comissão do DF no Senado tão logo terminem as férias parlamentares, as quatro assessorias especiais estarão subordinadas, nesse período de transição, à Secretaria do Gabinete Civil. Cada uma delas contará, provisoriamente, com um chefe de Assessoria (futuro secretário), um chefe-a-djunto, um secretário-executivo, dois assessores e três assistentes.

### ATRIBUIÇÕES

Com as mesmas prerrogativas das demais secretarias de Governo, essas assessorias especiais, além de encaminharem os assuntos das suas áreas, terão a incumbência de estudar e operacionalizar as atividades necessárias à constituição e implantação das secretarias de Cultura, Indústria e Comércio, Trabalho e Comunicação Social.

Ainda conforme o decreto, as unidades orgânicas da atual Coordenação do Sistema de Comunicação e respectivas funções, passam a integrar a Assessoria Especial de Comunicação Social, mantidas as mesmas denominações e códigos. Com a decisão, o governador melhora a estrutura do GDF.

## Nomeados novos assessores

O governador José Aparecido divulgou ontem mais 10 nomes do segundo escalão do Governo. Desta vez foram definidas as novas administrações do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, órgão ligado à Secretaria de Administração do governo e da Administração da Estação Rodoviária de Brasília. Conforme vem agindo nas nomeações, o governador José Aparecido procurou incluir em cada um dos órgãos, um nome de funcionário da empresa.

Para a Rodoviária, ficaram definidos os nomes de Ivaldo Diniz (superintendente), Odilon de Andrade Lima Jr. (Diretoria Commercial), Carlos José Cardoso Ferreira (Divisão de Administração Geral) e Vinicius Venus Gomes da Silva (Divisão de Fiscalização, Conservação e Reparação). Ivaldo Diniz, nomea-

do superintendente da AERB, é atualmente chefe do serviço de acompanhamento da Coordenadoria de Assuntos Legislativos do Ministério da Administração.

A diretoria do IDR passa a ser constituída por Júnia de Oliveira Gontijo César (Superintendente), Lauro Lima dos Santos (Gerente de Desenvolvimento de Programas), Mariem Haddad Rocha (Gerente de Recrutamento e Seleção), Celina Romagnoli Dantas (Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento organizacional) e Paulo Nunes de Freitas (Gerente de Administração Geral). Destes nomes, Celina Dantas já era funcionária do IDR e Júnia Gontijo César, a nova superintendente, é mineira e assessora de Educação para o Trabalho da Legião Brasileira de Assistência.

## Mineirice também tem hora

dinheiro do Governo. Sua churrascaria está levando a metade do meu salário. Vamos rever esses cálculos".

Mais tarde, referindo-se à acusação do presidente da Fibra, Cássio Gonçalves de que o dinheiro do GDF para reativação das obras foi liberado mas não saiu do caixa, Aparecido retrucou, dirigindo-se a um repórter que cobre o Buriti:

— Dúlio, eu li sua matéria, em que o Sr. Cássio me faz acusações. Não é verdade (ele evitou dizer a expressão mentira). O que ocorre é que uma liberação segue a tramitação normal até chegar às mãos do interessado.

## Justiça para o ex-prefeito

O governador José Aparecido enviou ontem ao presidente da República José Sarney, a minuta de um anteprojeto de lei instituindo pensão vitalícia ao ex-prefeito de Brasília, Plínio Cantanhede. Segundo o governador, "a medida tem o propósito de fazer justiça à atuação de Plínio Cantanhede como prefeito de Brasília no período de maio de 1964 a março de 1967. Sua administração foi marcante para o desenvolvimento e consolidação da Capital Federal".

Plínio Cantanhede encontra-se atualmente doente, e não tem nenhum amparo por parte do governo. A ser aprovada pelo Senado Federal, a lei garantirá ao ex-prefeito um subsídio mensal e vitalício equivalente aos vencimentos de um Desembargador do Tribunal de Justiça do DF. José Aparecido acredita que o ato traduz apenas a necessidade de ser fazer justiça a um ex-servidor do DF, que não conta com nenhuma espécie de vencimento como aposentado.

# Fabricante de ilusão

Governador manda aprofundar investigação sobre

MILLA PETRILLO